

A previdência injusta. Como o fim dos privilégios pode mudar o Brasil.

Helga Hoffmann*

NICHOLSON, Brian, *A previdência injusta. Como o fim dos privilégios pode mudar o Brasil*. São Paulo: Geração Editorial, 2007, 334 p., R\$ 44,90.

Que há injustiça nas pensões e aposentadorias no Brasil já deveríamos saber. Já se mostrou faz tempo, e mais de uma vez, que os índices de concentração no componente representado por pensões e aposentadorias são mais altos que os índices de concentração na renda auferida do trabalho. Aqui mesmo na *Econômica*, na edição de junho de 2003, Rodolfo Hoffmann analisou os dados da PNAD de 2002 e observou que a participação das aposentadorias e pensões oficiais no rendimento tende a crescer com o nível dos rendimentos: é igual ou inferior a 15% nos três décimos mais pobres, e igual ou superior a 17% nos três décimos mais ricos. Ou seja: o pagamento de aposentadorias e pensões oficiais reforça a desigualdade. De lá para cá, a desigualdade na distribuição da renda total diminuiu um pouco, mas nada mudou quanto à contribuição das aposentadorias. Nicholson revela essa mesma realidade, mas, para reconstituí-la, vai diretamente às leis, regulamentos, estatutos e instituições que determinam quem recebe o quê. Ele compara a situação de 7 grandes grupos, analisados por ordem decrescente de acordo com o número de seus integrantes: 1. aposentados por tempo de contribuição pelo INSS; 2. aposentados pelo INSS por idade; 3. aposentadorias especiais, incluindo a de mulheres e professores; 4. servidores públicos; 5. políticos e funcionários de estatais; 6. militares e suas filhas solteiras; 7. ex-combatentes e anistiados. Ele mostra onde estão

* Economista. Membro do Grupo de Conjuntura Internacional, IRI/USP.
E-mail: helga-hh@uol.com.br.

os privilégios. Dentro de cada grupo existem privilegiados. Nenhum grupo per se é privilegiado, porque em cada um deles se encontram pessoas que sob critério algum podem ser consideradas privilegiadas, seja pelo baixo valor de seus benefícios, seja pelo alto valor total das contribuições que fizeram. Aposentadoria alta não é por si só um “privilégio”, desde que não seja subsidiada pelos mais pobres.

Que o Brasil tem a pior distribuição de renda entre os países com seu nível de desenvolvimento é uma verdade que já ninguém contesta. Mas o Brasil “cordial” ainda não quer ver que a previdência pública contribui para essa desigualdade. Culpar as aposentadorias rurais pelo déficit da previdência ainda é politicamente mais fácil que mostrar que quase metade do que o governo gasta com aposentadorias vai para um décimo dos aposentados nos níveis mais altos de renda. É verdade que os aposentados rurais pouco contribuíram para as receitas da previdência, mas o espantoso é que muitos dos que recebem as aposentadorias mais altas contribuíram proporcionalmente ainda menos. Os fatos analisados por Nicholson são estarrecedores.

É compreensível que os beneficiados pelo sistema não queiram reforma. São as pessoas mais articuladas, com maior acesso a advogados, à imprensa e aos centros de poder político. A defesa dos privilégios também vem, paradoxalmente, de setores autodenominados “de esquerda”, unidos pelo argumento de que propor critérios de justiça para o gasto público implicaria submeter o gasto social a uma focalização restrita, e que esta focalização consiste precisamente no programa defendido pelo Banco Mundial e pelo FMI para acabar com o Estado do bem-estar social, cujo compromisso político fundamental é promover a universalização dos direitos do cidadão, e não apenas do contribuinte. Bela retórica que a realidade do Estado clientelista exposta por Nicholson lança por terra. A focalização de certos gastos também é defendida pela ONU há mais de duas décadas, e a transparência é defendida por todo o mundo;² é preciso que o Estado informe com quem gasta e de quem arrecada para a previdência, inclusive nos estados, nos municípios e nas estatais, para que se discuta o que é justo e bom para o desenvolvimento do país.

Este livro é tão rico em detalhes e abarca assunto tão vasto que é difícil de resumir. O ideal seria que fosse lido como complemento ao

livro de Fabio Giambiagi, *Reforma da Previdência: O encontro marcado* (Elsevier/Campus Ed., Rio de Janeiro, 2007, 2ª ed., 227 pp.). Giambiagi demonstra como a previdência, sem reforma, não terá como pagar aos idosos no futuro, que os jovens de hoje estão contribuindo para algo de que não poderão beneficiar-se quando chegar a vez deles. Giambiagi preocupa-se com a sustentabilidade do sistema e a viabilidade política de uma reforma, mas preocupações com justiça social não chegam a prevalecer em sua proposta de reforma. Para ele, por exemplo, a aposentadoria rural é um subsídio da cidade ao campo.¹ Diferentemente dessa concepção, Nicholson argumenta que a construção de um novo sistema previdenciário socialmente mais justo teria mais chances de obter aprovação, na medida em que todos concordariam em pagar com algum sacrifício pelo fim de todos os privilégios. É verdade que emendas propostas aqui e ali em prejuízo de determinados grupos sempre acabam por esbarrar no argumento de que outros grupos continuam a manter seus privilégios. E não vejo como refutar a crítica do autor aos usos e abusos jurídicos da noção de direito adquirido para acobertar privilégios. A indignação moral que extravasa suas páginas vem sempre secundada de fatos e argumentos. O autor, contudo, sustenta a esperança de que a “classe média” brasileira vai acordar para seus privilégios e que uma nova previdência mais justa, nos moldes propostos por ele, será aprovada antes de o rombo ficar tão grande que não dê mais para pagar ninguém.

Notas

- ¹ Claro que não se trata aqui da transparência dos aposentados da Petrobrás que em 25 de outubro passado protestaram nus em frente à sede da empresa no Rio, porque o aumento concedido aos empregados na ativa não se aplicara às aposentadorias. Não deixa de ser um sintoma do nosso sistema o fato de eles preferirem mostrar seus corpos a mostrar seus contracheques, bem como a preocupação dos repórteres em fotografá-los nus, sem se interessarem em saber quanto eram as aposentadorias para as quais eles pediam aumento.
- ² Poucos lembram que a aposentadoria rural no Brasil foi criada pelo governo militar, possivelmente para enfraquecer o projeto de instauração de uma guerrilha no campo.